



Handwritten signature in blue ink

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

----- **Mandato 2017/2021** -----

----- **ATA NÚMERO SEIS** -----

----- Aos vinte e um dias do mês de setembro, do ano dois mil e dezoito, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do membro Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, coadjuvado por Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e por Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias, 2.ª Secretária. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-

----- Artur Manuel Pires; João Carlos Alves Valério; Michel Lima Monteiro; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Joni Micael Bento Ledo; Olívia Amélia Diogo Martins; Berta Augusta Teixeira de Vilhena Carneiro de Carvalho; Hernâni Joaquim Vilares Teixeira; Ânia Raquel Dionísio Teixeira; Filipe Azevedo Teixeira; Emílio José Meireles Almendra. -

----- Faltou a esta reunião, o membro da AM da coligação Acreditar PPD/PSD-CDS/PP, Pedro Alexandre Morais dos Santos. -----

----- Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: ----

----- Frederico Macedo Teixeira; João Jorge Gouveia Garcia; António João Barros Rodrigues; Manuel António dos Prazeres Madureira; Tiago José Felizardo Martins; Fernando Augusto Silva Brás; Armindo António Olmo; Alípio Alberto Monteiro Fernandes; José António dos Santos Ferreira; Carlos José Almeida Seixas; Justino Manuel Bernardo dos Santos; António Abel Fraga. -----

----- Faltou a esta reunião o Presidente da União de Freguesias de Assares e Lodões, Fernando Amílcar dos Santos Passeira. -----

----- O Presidente da União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas, Joaquim Filipe Frutuoso Correia, foi legalmente substituído pela secretária, Maria Fernanda Trigo Neri Tabuada. -----

----- O Órgão Executivo esteve representado por: -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

----- Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. -----

----- Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice-Presidente da CMVF. -----

----- Abílio Batista Maia Evaristo, vereador do PS. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vereadora da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Faltou à reunião o membro do Executivo, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Constada a existência de Quórum, o Presidente da Assembleia, declarou aberta a Quinta Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** cumprimentou todos os membros presentes e questionou a mesa da AM, acerca do período em que poderia falar sobre a Atividade Municipal. Questionou também o Presidente da CMVF, relativamente à Sousacamp, em que situação esta se encontrava, qual o ponto de situação e se ainda existe a possibilidade de abrir falência. Em relação à barragem de Freixiel, pediu ao Presidente da CMVF para se manifestar e questionou se seria melhor fazer uma barragem em todas as freguesias ou se existia a possibilidade de a barragem do Sabor poder fazer o regadio dos Concelhos circundantes. Mencionou que a JF de Freixiel dá o exemplo à AM, por fazer as convocatórias por e-mail. -----

Apresentou uma Proposta de recomendação à Câmara Municipal de Vila Flor (Anexo I), intitulada de “Recomenda à Câmara Municipal de Vila Flor a criação de mecanismos SOS para pedido de auxílio de idosos em caso de emergência.” Referiu que no que toca a crianças e jovens, entre dois mil e um e dois mil e onze, perde-se entre trinta e cinco por cento da população entre os zero e os catorze anos e quarenta por cento entre os quinze e os vinte e quatro anos de idade. Significa uma redução drástica na população, no entanto, existe um aumento na população entre pessoas com mais de sessenta e cinco anos. Isto significa uma população mais frágil, em condições de isolamento. Disse compreender que a Câmara não é a principal causadora deste fenómeno, mas sim o poder central. Indicou que cabe aos órgãos técnicos da CMVF avaliar a situação e adaptá-la ao Concelho de Vila Flor. -----

Em relação à ata, deu conta que não ficou tudo mencionado das suas intervenções dessa AM e indicou que deve constar tudo o que foi dito e que não deve ser apenas um resumo. -----



----- **O Presidente da CMVF** no que concerne à Sousacamp, diz ter confiança na empresa, porque é uma empresa que produz um produto que o mercado precisa, tem muitos clientes e esgota tudo aquilo que é produzido. Na sua opinião, entende que não irá abrir falência, que a empresa vai continuar sempre em Vila Flor e espera que as coisas se resolvam. -----

Relativamente à construção de barragens, mencionou que se houver capital próprio para o fazer, basta fazer o projeto, obter os respetivos licenciamentos e construir. Uma barragem nas condições do regadio da barragem Redonda das Olgas é diferente. Esta barragem teve que ser previamente inscrita no início deste quadro comunitário, no programa Portugal 2020, dentro da estratégia dos grandes regadios do Ministério da Agricultura, teve que ganhar posição, para depois no Programa de Desenvolvimento Regional, quando abrirem concursos, só aqueles locais é que se podem candidatar. O programa era um aviso nacional e quem andou primeiro conseguiu a aprovação. Foi o caso de Vila Flor. A barragem das Olgas foi aprovada pelo valor de dez milhões, cento e setenta mil euros, que inclui a barragem e os seus órgãos de segurança, os processos de expropriação, os projetos, sondagens, fiscalização, o estudo de impacto ambiental, uma estação de filtragem, o regadio de duas parcelas, (uma no Vieiro com cerca de duzentos hectares e outra em Freixiel, com cerca de quatrocentos hectares) e uma melhoria da rede viária. Se isto for bem gerido e não houver derrapagem, tudo isto irá custar zero aos bolsos do Município de Vila Flor, visto que este projeto é financiado a cem por cento. Além disso, irá criar riqueza, postos de trabalho e fixar pessoas no concelho de Vila Flor. Informou também que irá haver um segundo concurso de cerca de quinhentos milhões de euros, onde só podem concorrer aqueles locais onde os regadios já estão sinalizados. Existe mais uma barragem no concelho de Alfândega da Fé e Vila Flor, juntamente com este concelho estão a preparar-se para concorrer a este concurso, numa barragem que se irá situar na Ribeira dos Cerejais. O estudo prévio já está a ser feito, o que corresponde a cerca de quinze mil euros que cada Município irá pagar. -----

Em relação à barragem do Sabor, sobre se seria viável o regadio desta barragem, informou que tudo pode ser possível, através da bombagem. No entanto, indicou que a barragem não tem as condições técnicas para o poder fazer, a própria cota não o permite. Uma coisa é ter rega por gravidade, outra é ter rega por bombagem, uma exige custos, enquanto que a outra não. -----

Mencionou que não tem qualquer problema em que se façam as convocatórias por e-mail. Se a AMVF assim o entender, irá solicitar aos serviços técnicos para que assim se processe, o que virá facilitar muito os serviços. -----

Em relação à linha SOS, mencionou que já houve intenção de o fazer há alguns anos atrás, mas depois não houve adesão, no entanto, mostra-se disponível para estudar o caso. -----

----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** disse que relativamente à proposta, deixa ao critério da Câmara Municipal estudar a melhor forma de o fazer. Em relação ao envio de



[Handwritten signature]

documentos por e-mail, refere que devem ser os membros da AM a escolher como querem receber os documentos, se em papel, se por correio eletrónico. -----

----- **O Presidente da CMVF** deixou a sugestão de fazer circular um papel para quem quiser receber a documentação por e-mail. -----

----- **O Membro da AM Berta Carvalho (PS)** considera importante que cada freguesia vá conquistando a possibilidade de ser dona e senhora de si própria. Disse que as nossas freguesias têm gente jovem e capaz de poder fazer mais pelas nossas terras. Quis deixar uma palavra de admiração e de agradecimento para com a Junta de Freguesia de Freixiel, que com a prata da casa, tem serviços com a sua população extremamente corretos e extremamente úteis. -----

----- **O Presidente da AM** leu a proposta de recomendação apresentada pelo membro da AM Joni Ledo do BE (Anexo I) e colocou-a a discussão. -----

----- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)** disse, em relação à proposta de recomendação, ser uma preocupação de todos e que obviamente iriam votar favoravelmente, apesar de não se verificarem muitos casos de pessoas que morrem sozinhas no nosso concelho. No entanto, ressalva o facto que, os órgãos competentes, neste caso a rede social, que engloba todas as instituições do Concelho, já devem ter essas pessoas identificadas. Entretanto, concorda que todas as propostas apresentadas, que possam vir a acrescentar algo mais, são úteis e votarão a favor delas. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, diz parecer perfeitamente pacífica e que terá a aprovação da sua bancada. Disse concordar com as declarações do membro da AM Emílio Almendra, e acrescentou que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor faz um excelente trabalho neste sentido. Em relação à proposta do envio das convocatórias por e-mail, diz-se inteiramente de acordo e que merece a sua aprovação. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que existe na Guarda Nacional Republicana um núcleo de apoio ao idoso que tem o número exato das pessoas que vivem isoladas, que perfazem um total de cento e sessenta e sete pessoas e que são visitadas periodicamente. Deu conta de que as coisas funcionam, por vezes, as pessoas é que não têm conhecimento. Mas alguma coisa mais que possa ser feita é sempre bem-vinda, em colaboração em rede, com todas as instituições. -----

----- **O Presidente da AM** colocou a proposta de recomendação a votação. -----

----- **Votação:** A proposta de recomendação foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro da AM, Hernâni Teixeira. -----

----- **O Presidente da AM** colocou a discussão a Moção “Reestruturação dos CTT Correios de Portugal S.A.” (Anexo II). -----

----- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** leu a respetiva moção e disse que esta é resultado das privatizações e prevê que vão fechar muitas estações dos CTT no nosso distrito. Deu como exemplo a Estação de Santa Comba da Vilariça, onde teve que ser a Junta de Freguesia a tomar conta dos serviços. Referiu que o nosso distrito tem cada vez menos gente, falou da Universidade de Vila Real, que é o que ainda vai dando algum movimento a esse distrito e que foi uma mais-valia para o seu desenvolvimento. Referiu também que, a direita privatizou todos os serviços, mesmo aqueles que davam lucro e que se continuasse a haver um governo de direita, até já o Serviço Nacional de Saúde teria sido privatizado, porque esta é a ideologia de política de direita. Mostrou-se solidário com a Comunidade Intermunicipal, (adiante designada de CIM), no intuito de tentar fazer com que os CTT não fechem. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** mencionou que aprecia sempre as intervenções do membro da AM Hernâni Teixeira, embora ache que se tenha perdido no final da intervenção. Disse ser uma moção, mas que perdeu o respetivo propósito. Relativamente aos CTT, gostava de questionar o Presidente da CMVF, se sabe de mais alguma coisa relativamente ao assunto, e se tem algum plano para o caso de o encerramento vir a acontecer. Questionou se a CMVF não poderá seguir o exemplo de Santa Comba da Vilariça e pegar nos serviços caso a estação venha a encerrar. -----

----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** disse que gostou do discurso do membro da AM Hernâni Teixeira e concorda com ele a cem por cento. E no que respeita à privatização, acrescentaria a Galp, a EDP, a PT. Informou que a CGD fechou em Pedras Salgadas e uma em Vila Real, fechou a estação dos CTT de uma aldeia de Vila Real e um posto de abastecimento em Vimioso. Mencionou que fechar serviços está cada vez mais a rimar com Trás-os-Montes e com o interior. Indicou que já estiveram para encerrar o tribunal, as sucursais da CGD estão a encerrar por toda a parte, qualquer dia só falta encerrar as Câmaras Municipais, apesar de ter havido um retrocesso relativamente a algumas Juntas de Freguesia que tinham sido extintas e que podem voltar a ser Juntas de Freguesia. Questionou o Presidente da CMVF se em Vila Flor haverá alguns destes casos. -----

----- **O Presidente da CMVF** informou que tiveram uma reunião da CIM no dia doze de setembro para falar sobre este assunto, que foi em Mogadouro, e saiu o comunicado no dia dezanove. Entretanto teve uma reunião com o diretor dos CTT da zona Norte e Açores, que o pôs ao corrente da intenção de fechar mil e oitocentos postos de correios. Nessa base, a sua resposta foi a de não concordância. A intenção passa por passar este serviço para as Juntas de Freguesia, Câmara Municipais, Tabacarias, ou outro tipo de lojas. A sua resposta foi a de que a Câmara Municipal não teria a porta aberta, porque o posto existente em Vila Flor é muito importante e não pretende que este feche portas. Disse que a posição dos CTT era uma posição unilateral e não negociadora, que o serviço não fica garantido, pois o concessionário através de protocolo, um dia pode vir a deixar de querer fazer este serviço. Mostrou o seu grau de descontentamento, porque há quatro anos houve uma reestruturação dos carteiros, que foram concentrados todos em

Carrazeda de Ansiães e à Câmara Municipal nem sequer um comunicado houve. Questionou, também, para onde iriam os funcionários, da qual lhe foi dito que seriam deslocalizados. Informou que iriam fazer um comunicado através da CIM, onde iriam fazer queixa à ANACOM, que é a entidade reguladora. Mencionou ainda que nunca poderia mostrar a intenção de ficar com os serviços, porque entende que não é uma solução. -----

----- **O Presidente da AM** colocou a Moção “Reestruturação dos CTT Correios de Portugal S.A.” a votação. -----

----- **Votação:** A Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA N.º 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2018.**-----

----- **O Presidente da AM** colocou a Ata número cinco a votação. -----

----- **Votação:** A Ata foi aprovada por unanimidade. -----

----- **O Presidente da AM** deu conta do correio recebido e deu conhecimento de um documento sobre a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Anexo III), enviado pelo Ministro da Administração Interna. -----
Deu conhecimento também de um outro documento enviado pela Câmara Municipal de Bragança, sobre a “Tomada de posição sobre a Conectividade Interna e Externa de Bragança-Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI)” (Anexo IV). Resumidamente disse que o documento teria a ver com Vimioso ser ligada a Bragança pela A4, que Vinhais seja ligada a Bragança, que o IP2 seja ligado a Espanha, que o aeródromo de Bragança seja transformado num aeroporto regional e que se faça a ligação ferroviária entre Porto e Zamora. -----

----- **O Presidente da CMVF** referiu que a posição da Câmara Municipal de Bragança sobre o novo quadro comunitário 2030, que acarreta vários projetos, está muito focalizada em Bragança. Deu conta que teve uma reunião com a Comissão Permanente do Concelho Regional e diz que tem que estar a favor da Região. Entende que seja importante uma ligação de Macedo de Cavaleiros, Vinhais e Espanha, que o IC5 se ligue a Espanha, mas também entende que a A4 continue até Espanha, que seja feita a eletrificação da linha do Douro até Barca D’Alva, que as Minas de Moncorvo comecem a trabalhar, que o Cachão seja um projeto mais regional e que haja mais projetos de regadio com este novo quadro comunitário. Em relação ao gasoduto, não entende ser um problema, só tem que se decidir se é importante ou não. Entende que os novos quadros comunitários deveriam estar mais direcionados para as Comunidades Intermunicipais. -----

----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** quis deixar uma nota relativamente ao texto produzido por Bragança, que está na comunicação social já há algum tempo. Disse que



S,
B
a

esteve na Régua num debate sobre a ferrovia da linha do Douro, onde esteve presente o deputado Ascenso Simões do Partido socialista e o deputado Luís Ramos do Partido Social Democrata, ambos eleitos por Vila Real, onde se falou sobre o tema da ferrovia não estar contemplada no quadro comunitário 2030. Mencionou que nos países da Europa se está a apostar novamente na ferrovia e em Portugal acontece exatamente o contrário. Disse que o Porto significa um entrave a esta questão, que não tem interesse nenhum a que a linha seja revitalizada e que os mais beneficiados serão o Norte, nomeadamente, o nosso Distrito, a Régua e Alijó. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que subscreve o gasoduto, mas não o traçado que foi apresentado. De facto, entende que o Porto é um entrave, porque tem uma política própria e prima pela ausência nas reuniões do Conselho Regional. Indica que na Comissão Permanente, uma das tentativas, será chamar o Presidente da Câmara do Porto e o Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia. Entende que há entraves na linha do Douro, porque um dos objetivos será o transporte de mercadorias, mas que só fará sentido se o fim de linha for em Leixões e não no centro do Porto. Acha que o Porto deve estar ligado a Espanha através de uma linha ferroviária, através da que já existe ou através de uma linha nova, o importante é a valorização da linha do Douro que permitirá uma valorização do nosso território. -----

----- **PONTO DOIS: TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA NATUREZA NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **PONTO TRÊS: INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 2, DA ALÍNEA C, DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- **O Presidente da CMVF** relativamente à Atividade Municipal, disse que é sempre feito muito à pressa, que pode haver alguns lapsos, alguns esquecimentos, mas que estará disponível para responder a todas as questões. Mencionou que foi aprovada a candidatura do aproveitamento hidroagrícola de Freixiel. Referiu que tiveram dois pareceres desfavoráveis, tiveram que ir ao contraditório na audiência prévia dos interessados só então foi aprovada e já foi assinado o Termo de Aceitação. Deu conta de que já estão a trabalhar na elaboração dos projetos, no caderno de encargos e na elaboração dos concursos. A legislação mudou, o regulamento da elaboração de barragens também e o novo Código de Contratos Públicos entrou em funções recentemente. Informou que o projeto inclui a estrutura da barragem e dos órgãos de segurança, as adutoras, a estação de filtragem e a rede rega e rede viária, mas também tem que ser feito o estudo de impacto ambiental. Vão tentar fazer isto em duas fases, abrir um concurso para a rede rega e um concurso para o estudo de impacto ambiental e construção da barragem, porque o estudo de impacto ambiental pode introduzir na barragem algumas alterações. Está a prever que no final do ano dois mil e dezanove ou início de dois mil e vinte, se vá dar início à obra. Como é uma obra grande, indicou que isto tem de ser muito bem gerido tecnicamente e financeiramente, porque irá causar à

Câmara um fluxo muito grande na contabilidade, pois o Programa de Desenvolvimento Rural, só paga mediante recibo. Mas se for muito bem gerido, esta obra irá custar aos bolsos da câmara zero. Mas existem também outras obras a decorrer já candidatas em cerca de dezoito milhões de euros. Por isso, está a pensar concentrar isto tudo num gabinete para ter todos os pedidos de pagamento controlados. Informou que relativamente às águas, prevê-se criar uma empresa intermunicipal para gerir a alta e a baixa. Informou também que a CMVF, pretende apresentar uma candidatura no valor de cerca de dois milhões e duzentos mil euros para o abastecimento de água a algumas aldeias do Concelho. Deu conta de algumas ações que estão a decorrer, nomeadamente a obra do Encontro das Artes Graça Morais, que já tem o visto do Tribunal de Contas, a requalificação da Praça, que já foi aberto o concurso público internacional e só houve um concorrente que por conseguinte é do Concelho. Quis deixar a nota de que, nos concursos, está a haver uma dificuldade enorme, onde diz que uma providência cautelar cancela todos os atos. Em todo o tipo de concursos, os concorrentes reclamam e interpõem providências cautelares e a partir daí, o ato fica suspenso e não há capacidade para gastar o dinheiro. A própria Comissão Permanente, sugeriu ao Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e vai sugerir ao Conselho Regional para que, na próxima Lei do Orçamento, este ato não seja permitido. Mas esta é uma situação que está a acontecer por todo o país. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente à Atividade Municipal, disse que o projeto "Criar Laços" foi muito bom para as crianças e para os pais e criou uma dinâmica muito grande. Em relação à Terraflor e à vinda da TVI, questionou se o modelo não estaria já esgotado, que era preciso avaliar os custos que estes acarretam e o retorno e refletir se estes compensam ou não. Disse que se deveria potenciar o espaço na Amendoeira, que foi para isso que foi criado, pois no local onde se realizam as festas, a partir de uma certa hora existe muito barulho e os moradores reclamam. Solicitou ao Presidente da CMVF para se manifestar em relação ao encontro com o Ministro da Agricultura, sobre o laboratório de frutos secos e sobre o veterinário. Quando fala em sensibilidade ambiental, diz que tem de ser a todos os níveis, e disse que os contentores não foram lavados, pois estes libertam cheiros. Falou das fraldas que são depositadas nos contentores em frente ao Lar de Idosos que permanecem ali durante vinte e quatro horas. Regista com agrado a evolução das obras da escola EB 2,3/S e disse que gostou do que viu das obras da Escola Básica de Vila Flor, diz esperar que a dilatação dos prazos de conclusão, não venham a comprometer a abertura do próximo ano letivo. Deu conta de que junto à Escola Básica existem três postes de iluminação que estão avariados. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** começou por dizer que este seria um dia de reflexões, e como o dia vinte e um de setembro é o dia Internacional da Paz, entende que se deve assinalar e prestar homenagem àqueles que lutaram pela paz, que não se pode deixar passar em claro o que esta data representa. É com gratidão que a nossa geração, hoje vive num país pacífico, sem grandes atropelos à democracia, onde temos um sistema de educação, de justiça e que nos devemos sentir gratos pelas crianças do nosso país não saberem o que é a guerra. Mencionou que há bem pouco tempo, foi feito

um questionário às crianças de Angola e o que elas mais pediam era papel para poder escrever. Entende que têm que continuar no caminho da educação, porque a ignorância e a iliteracia são o caminho para não haver paz. Há que agradecer àqueles que participam na educação das crianças e deu conta de que em Vila Flor começou o ano letivo sem grandes problemas ao contrário de outras escolas do país. Quis deixar um agradecimento aos pais, aos auxiliares educativos, à Escola na pessoa do senhor Diretor do Agrupamento Escolar e ao Município pela colaboração que tem prestado. Colocou a questão relativa ao Plano Diretor Municipal, uma vez que aprovado, porque é que ainda não foi publicado. Por último fez referência a uma publicação de um relatório tutelado pela doutora Teodora Cardoso, acerca da execução orçamental dos Municípios, onde Vila Flor consta de uma restrita lista dos municípios, que não têm pagamentos em atraso de trinta e um de dezembro do ano de dois mil e dezasseite a trinta de junho do ano dois mil e dezoito, o que vem colocar a veracidade sobre algumas dúvidas em relação às contas do Município de Vila Flor. -----

----- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** em relação à Atividade Municipal, disse que confia na Câmara, nas contas, nos trabalhos, nas empreitadas, no entanto, questionou porque é que no orçamento da Câmara Municipal vai cerca de setenta ou oitenta por cento da verba para Vila Flor e o restante para as outras freguesias. Deu conta que nas festas do mês de agosto, todas as freguesias têm uma Comissão de Festas e todas as freguesias pagam a sua própria festa. Questionou, se em vinte e cinco anos, algum dia, alguém em Vila Flor deu alguma coisa para as festas de São Bartolomeu. Disse que está de acordo que a Câmara organize a Terraflor, mas o dia vinte e quatro de agosto, deveria ser a população de Vila Flor a pagar a festa. Por outro lado, indicou que a Junta de Freguesia de Vila Flor também o poderá fazer. Deixou a ideia de que a população de Vila Flor tem mais privilégios do que a população das restantes freguesias do Concelho. -----

----- **O Presidente da AM** informou que, o Santo de Vila Flor é o São Sebastião, (Santinho) e essa festa é paga pela população de Vila Flor. O São Bartolomeu é o padroeiro de todo o concelho, e isso está publicado em Diário da República. -----

----- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** disse que em Alfândega, Mirandela, entre outras existe uma Comissão de Festas que angaria fundos para as suas festas, só em Vila Flor é que não existe. -----

----- **O Presidente de JF de Trindade – Alípio Fernandes (PS)** disse que na última reunião de AM só criticou a Câmara por não haver atividade municipal, mas desta vez vem dizer o contrário, que houve bastante atividade desde a última reunião e desta vez vem agradecer à CMVF na pessoa do senhor Presidente, aos vereadores e ao Presidente da sua bancada, João Valério. Disse que neste momento já teve lá a máquina de rastros, os calceteiros, o saneamento e um topógrafo da Associação de Municípios a medir a escola. Mencionou o facto de a sua freguesia não ter o logotipo num cartaz de um torneio de futsal, onde constavam todas as freguesias, embora estivesse presente no mesmo cartaz da página de internet do município. Mencionou a demora das obras que estão a decorrer na sua freguesia. -----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Berta'.

----- **O Membro da AM Berta Carvalho (PS)** relativamente aos documentos da AM, teceu algumas considerações acerca da importância da pluralidade e da diversidade de opiniões. Afirmou que, na generalidade e nos últimos anos, estes documentos tranquilizam os munícipes. Disse ser sensível aos argumentos do membro da AM João Valério, particularmente no que toca a crianças e jovens. Deixou uma mensagem de esperança na mocidade. Afirmou ficar muito feliz com o início do ano escolar e com a verificação de que o que surge nos grandes meios como novidade extraordinária se vem consolidando, com início já há vários anos, no nosso concelho, o que torna difícil entender algumas queixas que, por vezes, ouve. Disse não compreender o uso das crianças como desculpa para a tomada de medidas mera e simplesmente políticas. Realçou as condições existentes no concelho nas vertentes da educação e do ensino, que são extraordinárias, especialmente quando comparadas com muitas outras que teve oportunidade de conhecer ao longo da sua vida. Engrandeceu o papel dos auxiliares de ação educativa nesta questão. Na leitura do relatório da Atividade Municipal, deixou o seu reconhecimento no que toca ao que tem sido feito pela terra e pelo concelho, destacando o amor e interesse que nota que se sente por parte de quem gere os destinos. Claro que falta muita coisa, como sempre e em toda a parte, o que é positivo, pois combate a estagnação. Disse ver seriedade na gestão do concelho, interesse, respeito e empreendimento. Destacou, por último, que não falta competência da gestão do concelho. -----

----- **O Presidente da UF de Vila Flor e Nabo – Justino dos Santos (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** perguntou aos Presidentes da CMVF e da AM se alguma vez o deputado Hernâni Teixeira propôs que as festas de Vila Flor fossem feitas pela Junta de Freguesia. Disse também, no caso de esta proposta nunca ter sido feita e se entenderem que no futuro algo deverá ser feito pela União de Freguesias de Vila Flor e Nabo, que está totalmente disponível para apoiar no que puder. Na questão da respetiva União de Freguesias possuir três viaturas, afirmou que estas existem porque as herdou do anterior executivo, tendo o atual executivo apenas adquirido uma viatura em substituição de uma que tinha sido acidentada. Afirmou que são todas necessárias, particularmente porque também fazem parte da União de Freguesias as aldeias de Arco e Nabo. -----

----- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** disse não ter feito qualquer proposta. Apenas lembrou que poderia ser a União de Freguesias de Vila Flor e Nabo a organizar as festividades, como lembrou, mais do que uma vez, ao executivo anterior. -----

----- **O Presidente da UF de Vila Flor e Nabo – Justino dos Santos (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse gostar de ouvir do Executivo as propostas referidas pelo membro da AM Hernâni Teixeira. Recordou que a União de Freguesias de Vila Flor e Nabo recebe, como é público, vinte mil euros do Fundo de Financiamento de freguesias de três em três meses, tendo recebido perto de sessenta mil euros até à data, o que a juntar ao que a CMVF atribuiu resulta em cerca de setenta mil euros, havendo setenta mil euros gastos no terreno, sendo apenas necessário consultar as contas da União de Freguesias de Vila Flor e Nabo para perceber estes valores. -----



----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** relativamente ao feriado municipal/dia santo, afirmou achar muito bem que a CMVF financie o ato caso este seja, de facto, um feriado concelhio. No caso de, como a maioria das pessoas dizem, se tratar de um dia santo, afirma concordar com o membro da AM Hernâni Teixeira. Recordou que, juntamente, com o ex-membro da AM José Albino Prudêncio, propuseram a retirada das faixas, por alturas da Páscoa, porque, apesar de oitenta por cento do concelho ser católico, nem toda a gente o é. Os poderes devem estar divididos. Em relação à centralização diz concordar perfeitamente. Vila Flor está muito centralista relativamente às aldeias e Bragança está muito centralista em relação aos outros concelhos do distrito. Tal como o Porto e Lisboa. Referiu que a descentralização, com a qual nem concorda, poderá começar pela Câmara Municipal em relação às aldeias. No que respeita à Terraflor, abstém-se de falar na situação pessoal, abordando a questão do financiamento por parte da CMVF quer desta, quer da Festa de vinte e quatro de agosto e inquirindo se isto sempre aconteceu, tendo obtido resposta positiva. Disse fazer sentido a Terraflor ser feita no período do feriado municipal, mas não fazer sentido a sua localização, que deveria ser a original. Por último, congratula-se pelo facto de o concelho de Vila Flor não ter tido incêndios neste ano, até ao momento. Contrapõe com a argumentação de que parte dos incêndios não acontecem porque não há reposição de floresta depois dos incêndios ocorridos, sendo este um problema de toda a região. Alertou para a necessidade de existência de um plano de reflorestação. -----

----- **O Presidente da CMVF** congratula-se pela elaboração do relatório, que não sendo perfeito, representa um grande esforço por parte de uma equipa que dá o seu melhor. Dirigindo-se ao membro da AM Artur Pires e abordando o projeto Criar Laços, afirmou ser um grande programa e um exemplo para o distrito juntando várias instituições em rede. Cresceu muito e chegou, este ano, às duzentas e quatro inscrições. Afirmou gostar dos números e revelou os dezassete mil euros de investimento nas férias das crianças, deixando uma mensagem de continuidade. Na Terraflor, afirma também gostar dos números, apesar das diversas críticas. Afirmar ter sido um grande evento com a presença de dez presidentes de Câmara, de administradores, do Engenheiro Jorge Nunes, do general Morais Barroco, de várias instituições do distrito, entre muitos outros. Aceita críticas internas, mas custa-lhe que seja passada uma mensagem negativa para fora. Ouve muitas mensagens de parabéns pela promoção da Terraflor. Recordou os produtores que vão a diversas feiras nacionais e estrangeiras, fruto do nome Vila Flor e dos produtos de excelência. Referiu as figuras que visitaram o stand de Vila Flor em Santarém, desde o Presidente da República, passando pelo Primeiro-Ministro até Comissários Europeus. Reforçou que Feira é uma coisa e Festa é outra. Ouviu as várias críticas, valorizando as positivas. Revelou que foi o criador da Terraflor e que lhe custou muito abandonar o local inicial, mas os custos incombustíveis a isso obrigaram, tendo chegado a ultrapassar os duzentos mil euros. Acrescidos os custos da organização da Festa de São Bartolomeu, houve anos em que quase se gastavam trezentos mil euros. Revelou que este ano se gastaram com a TVI treze mil e quinhentos euros, resultado das estadias e dormidas, palco e REGI, dinheiro que fica quase todo em Vila Flor e que representa metade do que se gastaria com um artista “pimba” mediano, tendo um



impacto imensamente superior. Revelou que o programa teve uma grande audiência. Avançou que a Feira custou quarenta e seis mil euros e a Festa sessenta e oito mil e quinhentos euros, num total de cento e catorze mil e quinhentos euros, ao que tem de se acrescentar cinco mil euros de fogo, desafiando qualquer concelho a organizar um evento desta grandeza por este valor. Disse que após as obras projetadas para a Praça, será possível criar melhores condições para a Feira. Realçou a criação de outras condições para os DJ's porque também é importante que a juventude se divirta. Referiu sentir saudades dos tempos em que as feiras eram realizadas no meio da vila e que, por vezes, hoje, nem se dá conta que é dia de feira. Rebateu algumas críticas à localização da feira mencionando que alugar uma tenda fica mais caro e não melhora nada. Relembrou que o calor era maior aquando do uso de uma tenda na localização inicial da TerraFlor. Quanto ao Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos, foi decidido ficar no Brigantia EcoPark, decisão que apoiou, mas nunca se esquece de chamar a atenção para a Terra Quente, que não tendo frutos secos tem frutos muito bons. Sobre o veterinário, afirma que é um assunto bem resolvido e estabilizado. Protesta a obrigação de ter um médico no quadro para praticar um único ato por ano, encontrando-se neste momento a levantar a questão junto do Ministério. Compreende a defesa da classe dos veterinários, mas tem de defender os princípios de boa gestão. Existe veterinário, fruto de protocolo com a OPP e revelou que a ideia passa por ter um veterinário na CIM-TTM a trabalhar para os nove concelhos. Deixou o convite a quem quiser visitar as obras da nova Escola Básica de Vila Flor e abordou também o ponto de situação das obras na Escola Secundária, dizendo que os planeados quinhentos mil euros poderão não chegar para o término das obras de melhoria. Deixou uma palavra de reconhecimento e agradecimento a toda a comunidade escolar pelo facto de a escola nunca parar de funcionar no decurso das obras, o que garante grande economia de recursos. No respeitante às avarias na rede elétrica, informou que qualquer cidadão pode, gratuitamente, reportar avarias da responsabilidade da EDP. Informou que o PDM está aprovado e é de terceira geração, o que é obrigatório por Lei. Só sete municípios do norte têm este tipo de PDM. E isto justifica alguns atrasos que têm ocorrido na sua publicação. Registou com agrado a apreciação do deputado João Valério no que toca à boa execução da gestão camarária. Dirigindo-se ao deputado Hernâni Teixeira e também ao deputado Alípio Fernandes, afirmou que, para ele, todas as freguesias e localidades são iguais, o diferente é a execução dos fundos comunitários. Não é possível financiar todas as obras da mesma forma e as que são financiadas, são as grandes obras, não as mais pequenas típicas das localidades mais pequenas. Reforçou a ideia de não se poderem perder estes apoios financeiros, que isso seria um enorme erro para o concelho. No entanto, nunca descurou as freguesias. Todos têm de ser tratados da mesma maneira. Bem que gostaria de fazer mais por mais gente, mas não consegue fazer o impossível. O que faz é não perder as oportunidades que surgem. Disse que sempre ouviu dizer que São Bartolomeu é o feriado municipal e afirma ser esta a verdade. Dirigindo-se ao Presidente da UF de Vila Flor e Nabo, afirma que a Câmara não tem que passar a responsabilidade de organização da festa para a União de Freguesias e entende que as coisas estão bem. Afirmou que este ano a Festa e a Feira voltaram a ser um grande evento com ruas cheias, independentemente da qualidade do cartaz.

Disse também que em Vila Flor os espetáculos musicais se realizam sempre com a maior qualidade, com bailarinas, músicos e tudo de direito. Sobre a limpeza dos contentores, admite uma dificuldade na sua lavagem, mas informa que está a decorrer e que há-de chegar a todo o lado. Referiu, também, problemas que resultam da maior dimensão dos camiões de recolha e que se está a trabalhar na melhor solução. Falando para o Presidente da JF da Trindade, disse que a obra não foi abandonada, que só falta colocar uma grelha. Reforçou que a AMTQT existe porque as Câmaras fazem por isso e que recorrerão aos seus serviços sempre que achem necessário. Relativamente ao membro da AM Berta Carvalho, refere que o início do ano letivo está a correr bem, apesar de um ou outro problema pontual. Sobre os manuais escolares, reforçou que a CMVF ofereceu, até ao nono ano, todos os que o Ministério da Educação não fornece e também todas as Fichas até ao nono ano. Referiu a importância da colaboração com o Agrupamento de Escolas para a divulgação a todos os alunos e encarregados de educação. Avançou que a taxa de levantamento foi, até ao momento, de oitenta e sete e meio por cento do primeiro ao quarto ano, de oitenta e nove por cento do quinto ao sexto ano e de cerca de oitenta por cento do sétimo ao nono ano. Disse saber que muitos imigrantes ainda não levantaram os manuais. Em relação ao deputado Joni Ledo, concorda que existe em Portugal uma cultura centralista, que tenta combater, pois confessa-se regionalista e assume também não ser um Presidente de Câmara centralista. Não quer pronunciar-se quanto aos incêndios pois a época ainda não acabou. No entanto diz que o trabalho de preparação foi feito e aguarda com esperança que nada de grave aconteça ainda. -----

----- **PONTO QUATRO: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DA TMDP - TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM PARA O ANO 2019.**-----

----- **O Presidente da AM** colocou o ponto número quatro a discussão e votação. ---

----- **Votação:** O ponto número quatro foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO CINCO: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DE IMI A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS DO CONCELHO DE VILA FLOR NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12/11 PARA O ANO DE 2019.**-----

----- **O Presidente da AM** colocou o ponto número cinco a discussão e votação. ----

----- **Votação:** O ponto número cinco foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO SEIS: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR.**-----

----- **O Presidente da CMVF** anunciou que irá ser feita uma alteração à Orgânica da Câmara, tentando pensar nas futuras e previsíveis transferências de competências que aí vêm e as constantes exigências que vêm aumentando de grau. Entende que a Orgânica proposta permitirá maior capacidade de resposta e maior proximidade aos cidadãos. Permitirá também a integração de trinta e sete "Precários", de quatro Técnicos Superiores para o Programa contra o Insucesso Escolar (Psicologia, Terapia da Fala, Técnicas de Laboratório e Animação Sociocultural – áreas definidas em colaboração com o Agrupamento de Escolas) e cinco Sapadores Florestais. Salienta a



melhoria que irão sentir os auxiliares de educação e confia que nenhum estabelecimento de educação encerre. Irão também ser criados lugares para dois Assistentes Técnicos, doze Assistentes Operacionais (quatro manobradores de máquinas, três trolhas, dois indiferenciados, dois canalizadores e um calceteiro) e um engenheiro eletrotécnico. Realça que o Projeto contra o Insucesso Escolar envolve uma verba de quatrocentos mil euros e será articulado com o Agrupamento de Escolas, não deixando de ser independente e funcionar fora das instalações do Agrupamento, embora vão lá fazer trabalhos. Diz serem cinquenta e duas pessoas e que muitos deles não representam acréscimo de despesa, pois já se encontram na Câmara, embora em situação precária. -----

----- **O Presidente da AM** colocou o ponto número seis a discussão e votação. -----

----- **Votação:** O ponto número seis foi aprovado por maioria com nove abstenções de toda a bancada da Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP. -----

----- **PONTO SETE: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR DO ANO 2018.**

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** afirma que é muito bom ter-se resolvido a situação da precariedade do pessoal que se traduzia numa necessidade permanente para o Município. Afirma que o documento relativo aos precários não respeita a nova terminologia e que as antigas atividades extracurriculares se denominam agora atividades de enriquecimento curricular (adiante designada de AEC’S). Afirma que os técnicos de educação física são intitulados técnicos superiores e os professores de inglês são apelidados de assistentes técnicos. Diz que as funções são semelhantes, mas questiona se o vencimento também será o mesmo. No caso de ser distinto, pergunta ao senhor presidente do Município quando é que pensa em abrir um concurso destinado a essas pessoas. -----

----- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)** diz que, finalmente, a questão dos precários foi abordada, mas que o tempo foi bom conselheiro. Não houve pressa, pensaram bem e resolveram bem esta situação. A solução encontrada conseguiu acomodar quase a totalidade das pessoas que estavam nesta situação, o que é muito bom para o concelho, porque são postos de trabalho que são criados, e que foram criados por imposição da lei, mas a lei permitiria muito menos do que isto. A solução encontrada foi trabalhada para isto. Responde, também, às diferentes categorias, que se prendem com a inexistência de lugares de quadro, na câmara, para professores de inglês ou de música. É uma situação que decorre exclusivamente da lei e não da intenção do município. -----

----- **O Presidente da CMVF** em resposta ao membro da AM Artur Pires, registou a incongruência entre o discurso e a votação, na medida em que se absteve. Regista o lapso do enriquecimento curricular, todavia afirma o óbvio, na medida em que toda a gente percebe o que é que eles fazem. Os professores de Educação Física são seis: há três na piscina coberta, que funcionaram sempre a tempo inteiro e há três das AEC’S, que também funcionaram sempre a tempo inteiro. Tinham vencimento com horário

completo pelo seguinte motivo: exerciam as atividades das AEC'S e outras atividades como aulas nos infantários, aulas de educação física para idosos, dança e são aproveitados para atividades no pavilhão. Eles já tinham há vários anos o horário completo. Na música e no inglês é que nunca tiveram horário completo. O inglês já não é uma AEC, já é uma disciplina. Colocaram esses técnicos, com acordo deles, no posto de turismo e a trabalhar no museu. A forma que se encontrou para os introduzir nas AEC'S foi não classificá-los como técnicos superiores, mas como assistentes técnicos. O assistente técnico garante-lhe passar ao quadro efetivo. Com o tempo, futuramente, podem vir a ser técnicos superiores através da mobilidade. Garante que não quis, perder esta oportunidade, para que eles pudessem entrar no quadro. Encontrou-se aqui uma realidade que, não sendo igual tem as situações tratadas de forma diferente, embora tentasse tratá-las de forma o mais justa possível. Poderia ter feito isto: professores de música, abria contrato para um (e um, só, não tinha horário completo); professores de inglês, abria para outro e não iria ter horário completo. No entanto, assim, entraram todos. Foi a forma que se encontrou. A proposta foi-lhes feita e eles concordaram. Aliás, não estavam à espera. Porque uma coisa é passarem de um contrato onde se recebia o que se recebia, ainda que, se tentasse arranjar mais horas no posto de turismo e no museu e nunca foram sacrificados. A grande preocupação é assegurar os empregos, sobretudo dos jovens, que ganhem dinheiro e que se fixem à terra. Esta foi uma forma encontrada, que não vai prejudicar possíveis progressões que eles possam ter na carreira porque, por mobilidade, podem-no fazer. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que os oito técnicos, estiveram na génese da criação das AEC'S, que ele próprio e a doutora Gracinda os entrevistaram na altura. Exerciam funções de AEC'S, só mais tarde é que alguns deles passaram para técnicos superiores da Câmara. Eles estiveram todos bastante tempo nas AEC'S. Entende ser bom que alguns deles passem para uma situação melhor. No entanto, prestam o mesmo serviço, têm a mesma formação, são ambos licenciados, mas o vencimento difere. Concorde em melhorar-se a situação, mas entende que deveriam ter todos o mesmo vencimento. Percebe que, da parte deles, possa haver alguma desilusão ou desencanto. Entraram todos juntos e uns têm um percurso e os outros têm outro. Diz não vir em defesa de ninguém, só pretendia um esclarecimento, mas que não o percebe na totalidade, daí que tenha votado pela abstenção. -----

----- **O Presidente da CMVF** referiu que o título académico permite que se atinja, na função pública, uma determinada categoria. Respondeu ao membro da AM Artur Pires que na escola secundária também existem licenciados mas, porque querem trabalhar e com todo o mérito, sujeitaram-se a ter contratos de assistentes técnicos e assistentes operacionais. Só porque achava que deveriam ser técnicos superiores, não podia abrir lugar para todos. Teve que abrir lugar para a categoria que desempenham. Mas esses estão lá a tempo inteiro, sete horas por dia, trinta e cinco horas por semana. Essas pessoas, quando integrarem os quadros podem, por mobilidade, progredir e passarem a ser técnicos superiores. Disse que nunca discutiu, nem vai discutir, os horários das AEC'S, porque os horários das AEC'S, se fossem muito bem feitos, no agrupamento



talvez bastasse a existência de um técnico de música. Se não estivessem a pensar nas pessoas o que poderiam ter feito, já desde o tempo do Doutor Artur Pimentel, era ter contratado uma empresa para tratar das AEC'S ou, então, pedir ao senhor diretor do agrupamento de escolas a cedência de professores, destas atividades, com isenção de horário ou turma. Entendem que têm de ser moderados e perceber. Louvou todos os funcionários da escola secundária, não docentes, que dependem do presidente da câmara, embora delegue a sua gestão na pessoa do senhor Diretor, que já o doutor Pimentel o fazia. Louvou os funcionários da escola secundária que, sendo licenciados, varrem o chão, arrumam as cadeiras, tratam dos alunos e fazem essas coisas todas. Informou que na Câmara também têm gente que, sendo licenciada, andou a tratar e a trabalhar em trabalhos considerados menores, que não o são, inclusivamente, desde o varrer ao tratar das fossas e outras coisas. Entende que, na primeira oportunidade, e sempre que se justifique, essas pessoas podem ser reclassificadas. Espera que, quando isso acontecer, não o questionem porque é que colocou uns e não outros. Disse que todo aquele que trabalhou e estudou e atingiu determinado nível de competências, sempre que haja possibilidade, a câmara tentará colocá-los no seu lugar. Será essa a sua intenção e o seu compromisso. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** em resposta ao membro da AM João Valério, disse que a lei refere que as AEC'S devem ser no final da componente letiva do professor titular. Referiu que dois professores de música não podem estar uma hora no seixo, depois na Vila e depois em Samões. Disse que, não é possível, tecnicamente, fazer melhor. Compreende que esta solução seja boa, o que não impede que não venham aqui fazer algumas reflexões. -----

----- **O Presidente da AM** colocou o ponto número sete a votação. -----

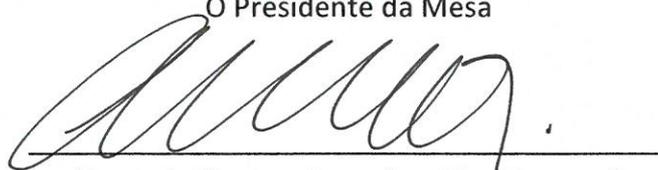
----- **Votação:** O ponto número sete foi aprovado por maioria com nove abstenções de toda a bancada da Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP. -----

----- **O Membro da AM Berta Carvalho (PS)** em declaração de voto disse que votou a favor porque, reconhecendo a dificuldade de emprego para os jovens e para as pessoas neste país, tendo presente que, a esta hora, muitos professores estão sem lugar ou deslocados, com vencimentos a meia haste e, às vezes, um terço, tinha que votar a favor, bem como agradecer o esforço feito pela equipa gestora desta câmara para que, aqui, o mal fosse menor. -----

----- **O Presidente da AM** afirma que todos receberam, via e-mail, o relatório do Revisor Oficial de Contas e questiona se existe alguma questão a levantar, não havendo mais questões ou intervenções por parte dos membros da AM. -----

----- Nada mais havendo a declarar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Mesa



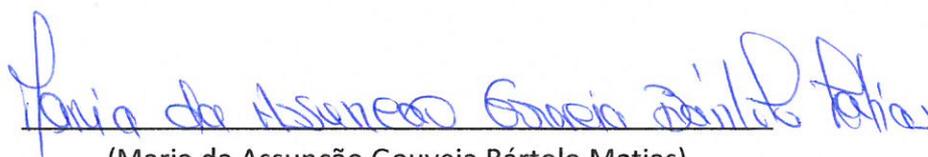
(Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel)

1.º Secretário(a)



(Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

2.º Secretário(a)



(Maria da Assunção Gouveia Bártole Matias)

ANEXO I

Bloco de Esquerda

Proposta aprovada em sessão de 21/9/2018

Proposta de recomendação

Recomenda à Câmara Municipal de Vila Flor a criação de mecanismos SOS para pedido de auxílio de idosos em caso de emergência

Tendo em conta que:

- 1) A população idosa tem aumentado no Concelho de Vila Flor, tanto em valores absolutos como percentualmente, apesar da constante perda de população. Segundo os Censos de 2001 e 2011, a percentagem de pessoas com mais de 65 subiu 4,5% entre os censos. O valor até parece não ser significativo, mas quando percebemos que houve uma redução de população de 15,3% percebemos que são relevantes.
- 2) muitos destes idosos estão em situação de isolamento, seja por uma necessidade de autonomia ou na maior parte dos casos porque os familiares não residem por perto, fruto da falta de emprego e da necessidade de procurar alternativas no litoral ou no estrangeiro.
- 3) os casos de idosos mortos em casa e muitas das vezes encontrados dias ou semanas mais tarde tem vindo a aumentar, o que em muitos casos pode ser evitado no caso de auxílio imediato.

Considerando o exposto:

A Assembleia Municipal de Vila Flor, reunida em Sessão Ordinária a 21 de setembro de 2018 propõe: recomendar à Câmara Municipal, que faça um levantamento do número de idosos em situação de isolamento no Concelho e que faculte mecanismos simples de SOS para pedido de ajuda em caso de emergência.

O Deputado,



ANEXO II



Grupo Político Municipal

desta medida irá, certamente, contribuir para agravar o despovoamento e isolamento do território.

A CIM das Terras de Trás-os-Montes continua empenhada na salvaguarda dos interesses do território, defendendo a manutenção dos serviços existentes na região e pugnado pelo desenvolvimento territorial. Neste sentido, não pode aceitar o esvaziamento de um serviço considerado de vital importância.

Neste sentido, vai solicitar uma audiência ao Ministro responsável por esta área e avaliar junto da ANACOM- entidade reguladora- esta matéria.

Bragança, 19 de setembro de 2018.”

Que deve existir uma efetiva aplicação das medidas de diferenciação positiva para os territórios de baixa densidade.

Assim somos a propor que a Assembleia Municipal de Vila Flor **DELIBERE:**

Associar-se a Assembleia Municipal à CIM Trás-os-Montes na demonstração da apreensão com a reestruturação dos CTT Correios de Portugal SA.

Que da presente moção deve ser dado conhecimento:

1. À Assembleia intermunicipal da CIM-TTM

Remeter a presente moção ao:

1. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República;
2. Exmo. Sr. Primeiro-ministro;
3. Exmo. Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas;
4. Entidade reguladora - Anacom.

Vila Flor, 21 de Setembro de 2018

Pe los Membros

Emílio José Almeida
 João de Sousa

ANEXO II



Grupo Político Municipal



Ex.º Sr.

Presidente da Mesa da Assembleia
Municipal de Vila Flor

Assunto: **Moção reestruturação da CTT Correios de Portugal SA.**

Considerando:

Que têm surgido várias notícias e diversos artigos de opinião nos órgãos de comunicação;

Que no dia 19 /09/2018 a agência lusa divulgou um comunicado da CIM - TTM " Serviço Postal nas Terras de Trás-os-Montes " que a seguir se transcreve na íntegra:

"Serviço Postal nas Terras de Trás-os-Montes

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes quer garantir de que os serviços postais no território não vão sofrer mais alterações e continua a manifestar o seu total desacordo e preocupação com o processo de reestruturação da CTT Correios de Portugal, SA.

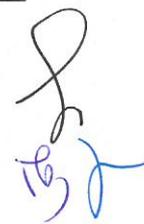
Atualmente, coloca-se a possibilidade de a empresa reduzir as Estações dos CTT, existentes em alguns dos concelhos do território, a meras Lojas, cujo modelo pode passar pela concessão a privados ou protocolização com entidades públicas. Os representantes desta Comunidade consideram que esta medida é lesiva dos interesses da população, coloca em causa a qualidade do serviço e não assegura os princípios mínimos de serviço público a que a empresa está obrigada.

A CIM das Terras de Trás-os-Montes teme que, tal como aconteceu com os Centros de Distribuição Postal, a empresa se prepare para decidir unilateralmente, sem ter em conta as necessidades das populações e opinião dos autarcas.

Esta Comunidade quer ser ouvida no processo e entende que a concretização desta intenção vai contribuir para degradar ainda mais um serviço que, ao longo da vigência da concessão, tem vindo a apresentar fragilidades e deficiências crescentes.

Em causa está um serviço público de relevância para as populações e consequentemente para a qualidade de vida das mesmas e também o princípio da coesão territorial. A concretização

ANEXO III



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

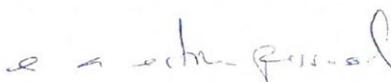
Ministro

As autarquias locais e as entidades intermunicipais consideram-se dispensadas da comunicação de deliberações à Direção-Geral das Autarquias Locais, até ao momento em que os diplomas legais de âmbito setorial estabeleçam os termos e os prazos para a concretização da transferência das novas competências ainda em 2019.

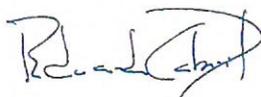
O Governo manifesta, mais uma vez, a confiança na capacidade das autarquias locais para assumirem as novas competências e funções que estão previstas neste processo de descentralização, numa lógica de maior proximidade e subsidiariedade na gestão de recursos públicos.

O Governo manifesta ainda toda a disponibilidade para esclarecer e apoiar os eleitos locais na concretização desta reforma.

Com os melhores cumprimentos,



O Ministro da Administração Interna,



Eduardo Cabrita

Of. 6939 -30-08-2018

Proc. 861.00



[Handwritten signature]

ANEXO III

Fin. del. 11/9/2016
2018-09-06
[Signature]

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Ministro

Deliberado tomar conheci-
mento e aguardar pela
publicação dos diplomas
setoriais.
Remeta-se a Anexadix
Principal para
conhecimento.

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor

Avenida Marshal Carmona

5360-303 Vila Flor

2018-09-17

[Signature]

Car. Rosário

A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, dá início ao maior processo de descentralização autárquico da democracia portuguesa.

Esta Lei-quadro marca o arranque de uma reforma gradualista que vem concretizar o alargamento de competências municipais num vasto leque de áreas, até 2021, com o consequente reforço financeiro.

A nova lei de finanças locais implicará um reforço financeiro significativo, assim como a previsão de todos os mecanismos de financiamento necessários ao aumento da participação das autarquias nas receitas públicas e previsão dos recursos financeiros para que estas possam exercer mais competências.

O Orçamento do Estado para 2019 vai igualmente contemplar um incremento significativo das transferências para autarquias locais.

Conforme resulta do n.º 1 do artigo 4.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 44.º, ambos da Lei-quadro, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas nos termos dos diplomas legais do âmbito setorial de cada uma das áreas a transferir. Os referidos diplomas encontram-se em processo legislativo e prevê-se a respetiva aprovação nas próximas semanas.

Assim, a adesão dos municípios às novas competências só se poderá efetivar após a publicação dos diplomas setoriais respetivos. Em respeito pelo princípio de gradualismo estabelecido na Lei, os municípios terão até 2021 para se prepararem para assumir as novas competências.

As notícias vindas a público sobre deliberações de órgãos autárquicos relativamente à opção pelo não exercício de competências em 2019 são extemporâneas e destituídas de qualquer valor jurídico.



ANEXO IV



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

GABINETE DO PRESIDENTE

F. de L. e. V. P. 21/8/2018

[Handwritten signature]

Exmo. Senhor
 Presidente da Assembleia Municipal
 de Vila Flor
 Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel
 Av. Marechal Carmona
 5360 - 303 VILA FLOR

| | | | |
|----------------|-----------------|-----------------------|------------|
| Sua referência | Sua comunicação | Nossa referência | Data |
| | | Ofício Circ. N.º 4587 | 2018/08/29 |

ASSUNTO: "Tomada de posição sobre a Conetividade Interna e Externa de Bragança - Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI)".

Serve o presente para remeter a V. Exa. Certidão da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 27 de agosto do presente, onde foi aprovada, por unanimidade, a "Tomada de posição sobre a Conetividade Interna e Externa de Bragança - Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI)", na qual solicitamos que as medidas vertidas nesse documento, no que à construção de infraestruturas de conexão nacional e internacional, diz respeito, capazes de alavancar a economia nacional, regional e local, sejam previstas no Programa Nacional de Investimentos 2030, que define os investimentos estratégicos a serem lançados pelo País na próxima década.

Consideramos fundamentais para o desenvolvimento da região e do País que as seguintes infraestruturas sejam incluídas no PNI 2030: as ligações rodoviárias Bragança-Puebla de Sanábria; Bragança-Vimioso e Bragança-Vinhais; a conclusão do IC5 até Espanha; a ligação ferroviária Porto-Zamora, com passagem por Bragança e o Aeroporto Regional de Bragança.

Com os melhores cumprimentos, *e. ativo*

O Presidente da Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Hernâni Dinis Venâncio Dias

pág. 1/1

NIPC: 506 215 547 • Forte S. João de Deus • 5300-263 Bragança • Tlf. 273 304 200 • Fax 273 304 299 •

PC004MM02.00

Email cmb@cm-braganca.pt

Página <http://www.cm-braganca.pt>



BRAGANÇA
554 ANOS

ANEXO IVMUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIDÃO

Hauze

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

"TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A CONETIVIDADE INTERNA E EXTERNA DE BRAGANÇA - PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030 (PNI)

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

A conetividade dos territórios assume-se, cada vez mais, como um fator de suporte do desenvolvimento socioeconómico, não só pela atividade económica que gera, mas sobretudo pela competitividade que proporciona e pela multiplicação de oportunidades de ligação de empresas e dos cidadãos ao resto do mundo, quer seja pela via terrestre, aérea, ferroviária ou digital.

Assim, importa dotar os territórios, nomeadamente os de baixa densidade, de infraestruturas de conexão internacional capazes de alavancar a economia nacional, regional e local, criando mais riqueza e emprego, potenciando e distribuindo as oportunidades criadas pelo posicionamento geográfico das regiões transfronteiriças, na qual se insere Bragança, numa verdadeira ótica de coesão territorial.

Neste contexto, consideramos vital dotar este território de infraestruturas estratégicas ao desenvolvimento da economia regional (aérea, rodoviária e ferroviária), designadamente a evolução do Aeródromo Municipal de Bragança para Aeroporto Regional, a construção de uma linha ferroviária entre o Porto e Zamora (Espanha), com ligação ao AVE e aos portos do norte de Portugal e de Espanha e que englobe esta região, assim como a continuação da ligação do IP2 à fronteira (Puebla de Sanábria), correspondente aos últimos 35 quilómetros desta via que percorre todo o Interior de Portugal, a conclusão do IC5 até Espanha e a melhoria das conexões rodoviárias Bragança-Vimioso e Bragança-Vinhais.



ANEXO IV

Em 11 de outubro de 1989, numa iniciativa conjunta do Governo Civil de Bragança e da Associação Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA), foi promovido um encontro entre entidades portuguesas e espanholas para se debater a importância de melhoria da ligação rodoviária Bragança-Puebla de Sanábria, estando presentes neste encontro onze Autoridades Portuguesas, três do Principado de Astúrias, duas da Junta de Castilla y León e sete de Benavente. Esta reivindicação foi apresentada ao Engenheiro Falcão e Cunha, então Secretário de Estado das Vias de Comunicação, tendo o mesmo assumido o compromisso de concretização desta ligação.

Em 30 de julho de 1998, foi assinado o Protocolo entre a Junta de Castilla y León e a C.C.R.N. (Comissão de Coordenação da Região do Norte), no qual se acordava a realização do estudo no sentido de avaliar o tipo de ligação a concretizar entre o I.P.4 em Bragança e a A52 (Autovia das Rias Baixas) em Puebla de Sanábria.

O Plano Rodoviário de 2000 previa a continuação de Bragança até à fronteira, para ligação à Puebla de Sanábria e, assim, estabelecer a articulação intermodal da A4 e do IP2 com a rede espanhola através da A52, A6 e A66, e com a linha ferroviária de Alta Velocidade, linha que liga Madrid à Corunha e a Vigo, bem como a articulação aeroportuária com o aeródromo de Bragança.

No ano de 2002, com a revisão do Plano Rodoviário Nacional (P.R.N.2000) foi incluída a construção do I.P.2 de Bragança à fronteira (ligação Bragança - Puebla de Sanábria).

A 8 de julho de 2004, através do ofício n.º 1166, o Instituto de Estradas de Portugal refere ter oficiado a C.C.D.R.N., no sentido de confirmar o corredor a desenvolver na ligação Bragança/Puebla de Sanábria (E.N. 218-3 + E.N. 308, até Rio de Onor).

Em 31 de janeiro de 2006, a Assembleia Geral do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular manifestou unanimidade e inscreveu no Plano Estratégico de Infraestruturas do Noroeste Peninsular esta ligação como necessária à coesão e mobilidade territorial.

No dia 18 de janeiro de 2008, a Estradas de Portugal abriu as propostas dos concorrentes à elaboração do trajeto de Bragança a Rio de Onor (trata-se do troço da via do lado português da futura ligação Bragança-León).

A 11 de Janeiro de 2008, na cidade de La Bañeza realizaram-se as primeiras jornadas técnicas relativas à ligação León/Bragança, tendo sido decidido criar a Associação Autovia León-Bragança, que conta com participação muito alargada, desde



ANEXO IV



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA CÂMARA MUNICIPAL

H. Mendes

municípios, ayuntamientos, Instituições de Ensino Superior de ambos os lados da fronteira e as principais Associações Empresariais ao longo deste corredor rodoviário.

Em 27 de março de 2009, procedeu-se à adjudicação, pela segunda vez, do projeto de execução de requalificação das EN 218, 218-3 e 308 entre Bragança e Rio de Onor, sessão presidida pelo então Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, Dr. Paulo Campos.

No dia 05 de novembro de 2013, foi realizada reunião com o então Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Monteiro, na qual foi solicitada que a ligação Bragança-Puebla de Sanábria fosse considerada prioritária e estratégica no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020.

Em 10 de fevereiro de 2014, foi aprovada em Reunião da Câmara Municipal de Bragança, resolução sobre o relatório final de infraestruturas de elevado valor acrescentado, solicitando que a continuação do IP2 entre Bragança e Puebla de Sanábria e a expansão do Aeródromo Municipal de Bragança para Aeroporto Regional, fossem consideradas obras prioritárias para 2014-2020.

No dia 18 de outubro de 2016, em Valladolid, reuniram o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, o Consejero do Fomento e Medio Ambiente da Junta de Castilla y León, o Alcalde de Puebla de Sanabria e Associação Autovia León-Bragança, para abordagem deste assunto.

Esta ligação permitiria assegurar um acesso rápido e eficaz à Rede Ferroviária de Alta Velocidade (AVE), situada a 30 km de Bragança, garantindo uma tripla integração modal da região (modo rodoviário, ferroviário e aéreo).

O reforço das conexões transfronteiriças permitiria (rodoviária e ferroviária) assegurar à região norte de Portugal um reposicionamento estratégico relevante, reforçando o seu papel como importante porta de entrada e saída do país.

Neste enquadramento, o prolongamento da ligação rodoviária Bragança-Puebla de Sanábria, em território espanhol até León, possibilitaria a criação de um novo corredor internacional capaz de ligar a cidade do Porto ao norte da Europa, através da fronteira de Irún.

Este eixo transfronteiriço e internacional, além de estruturar o noroeste peninsular, serviria, também, para canalizar o essencial do trânsito de mercadorias entre os principais portos do norte atlântico (Leixões e Vigo) e da costa cantábrica (Gijón, Santander e Bilbao), estabelecendo, ainda, através da autoestrada de Burgos, a

ANEXO IV



ligação com Zaragoza e Barcelona, fazendo a ligação da região aos principais corredores rodoviários no norte de Espanha e a França.

Este corredor encurtaria em cerca de 70 km o percurso rodoviário entre a cidade do Porto e de Irún, representando uma significativa poupança energética, depois, um menor impacto ambiental do transporte de mercadorias e de passageiros, reforçando a competitividade deste último.

Segundo os dados estatísticos do Ministério do Fomento de Espanha, relativos ao ano de 2016, na ligação Bragança-Puebla de Sanábria (N218-3 e N308), excluindo o tráfego local, estimam-se 265 atravessamentos/dia da fronteira, ou seja, mais 62% do que em 2009, representando um crescimento de cerca de 9%/ano, valor muito expressivo. Destes 265 veículos, cerca de 9% são pesados (23 veículos/dia nos dois sentidos), indicando que este percurso se tornou mais atrativo com a abertura do túnel do Marão.

Compete, ainda, referir que, o itinerário entre León e Bragança é o único que resta concretizar para a ligação entre a A4 (Porto-Vila Real-Bragança) e as vias espanholas A231-AP1-A8 (León-Burgos-Vitória-Irún).

Para a prossecução da intermodalidade é, também, fundamental a construção de uma linha ferroviária entre o Porto e Zamora e que o Aeródromo Municipal de Bragança evolua para Aeroporto Regional, sendo estas infraestruturas regionais de âmbito transfronteiriço estratégicas para Trás-os-Montes, essencial no que respeita à integração turística, entre o destino turístico Douro, as áreas protegidas do Nordeste Transmontano e as áreas protegidas próximas de Castilla y León.

O desenvolvimento do turismo e economia é uma prioridade para a região, considerando o seu elevado potencial, assim como o grande investimento público e privado que neste âmbito tem vindo a ser realizado. Trazer à região fluxos turísticos muito mais significativos exige condições de articulação entre a procura e a oferta e, neste contexto, os operadores turísticos necessitam oferecer pacotes turísticos que incluam a chegada dos turistas a Bragança em voo direto, operados por companhias com preços competitivos, que normalmente operam com aeronaves entre os 150 e os 200 passageiros.

O futuro aeroporto de Bragança tem uma localização favorável, boas condições de operação em termos das condicionantes meteorológicas, cumprindo em 95% do tempo anual de abertura.



ANEXO IV



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA CÂMARA MUNICIPAL

Hausse

A integração com as redes de transportes europeias (rodoviária, ferroviária e aérea) é a opção de visão que permitirá ajudar à fixação de atividades económicas, apoiar o desenvolvimento das indústrias existentes, exemplo da Faurecia (empresa de componentes automóveis, a segunda empresa mais exportadora da Região Norte) e a captação de novos investimentos industriais, fundamentais para a sustentabilidade desta vasta área territorial.

De acordo com os dados publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), sobre o volume de exportações de mercadorias, Bragança é um dos concelhos que mais tem contribuído para impulsionar as vendas ao estrangeiro, não só no último ano, mas também desde 2013.

Assim, no universo dos 308 municípios portugueses, Bragança surge na 22.ª posição no ranking dos concelhos que registaram mais vendas ao exterior no ano de 2017 e o 15.º lugar na região norte (com subida de uma posição relativamente ao ano anterior), com 674 milhões de euros, representando 3,04% das exportações da região Norte e 1,22% de Portugal (em 2013, Bragança representava 1,58% da região Norte e 0,57% de Portugal).

Este resultado coloca Bragança no TOP 5 VALOR (ranking das maiores subidas em milhões de euros, entre 2013 e 2017), ocupando a 4.ª posição, com um aumento de 402 milhões de euros.

No que concerne ao TOP DINAMISMO (maiores subidas em percentagem, entre 2013 e 2017, no universo dos concelhos que exportam mais de 100 milhões de euros), Bragança surge na 2.ª posição, com um aumento de 148%, muito acima da média nacional, que no período em análise foi de apenas 16%.

A evolução do Aeródromo para Aeroporto Regional é, também, uma prioridade, visto que permitiria qualificar a oferta do Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark, encarar a captação de indústrias e serviços aeronáuticos - na formação de pilotos e de mecânicos, na reparação de aeronaves de pequeno e médio porte para companhias aéreas.

Atualmente o aeródromo ocupa uma área de 60 hectares, possuiu ao nível das infraestruturas: uma pista de asfalto com 1700 metros de comprimento e 45 metros de largura.

Ao nível das comunicações dispõe de rádio ajuda de apoio ao procedimento de aproximação do tipo NDB (rádio farol não direcional); Radar de Apoio à Navegação

ANEXO IV



Aérea através de VOR/DME, conforme orientação da NAV – Portugal E.R.E., garantindo cobertura no interior norte do país.

Ao nível das infraestruturas, o Aeródromo está dotado com aerogare com bar, sala de embarque, sala de briefing e instalações sanitárias, sendo a capacidade atual do terminal de 18 passageiros em hora de ponta, hangar com 30 metros de comprimento e 30 de largura, garagem para viatura de combate a incêndios, parque de estacionamento de veículos para 67 lugares, hangar para manutenção e estacionamento de aeronaves, indicador da direção do vento, estação automática de meteorologia, estação de serviço para abastecimento das aeronaves com capacidade para 10.000 litros de combustível JET-A1 e 10.000 litros de combustível AVGAS 100LL.

No âmbito da Operação, reúne as condições para operações de aviação geral e de serviços aéreos regulares e não regulares em VFR (Visual Flight Rules), desde o nascer do sol, podendo ser prolongado até às 23h59 (hora local). Dispõe de Serviço de Informação de Tráfego de Aeródromo (AFIS) certificado pelo INAC e está certificado para voos noturnos (NOTAM de 28JUL2005).

No âmbito do Security, dispõe de Plano de Segurança aprovado pelo INAC; Equipamentos de apoio à segurança: pórtico de deteção de metais e sistema de inspeção de raios X para bagagem de porão e de cabine; Presença da Guarda Nacional Republicana na partida e chegada de todos os voos regulares de transporte de passageiros.

No âmbito do Safety, cumpre as obrigações de serviço público, assegura o nível de proteção de serviço contra incêndios (RFF) categoria 3. A pedido o Aeródromo assegura o nível de proteção de serviço contra incêndios (RFF) categoria 4 (voos internacionais); dispõe de 8 elementos dos Bombeiros Voluntários de Bragança, com curso de formação de operadores de socorros e emergência de aeródromos, ministrada pela ANA S.A; viatura própria de combate a incêndios.

No futuro, o Município de Bragança pretende continuar a desenvolver esta importante infraestrutura aeroportuária regional de âmbito transfronteiriço, como estratégica do ordenamento do território, como infraestrutura essencial no que respeita à integração turística. A 4 de dezembro de 2008, foi aprovada pelo INAC a viabilidade para construção de pista com 2.300 metros e 60 de largura, para operação de B737-800, e novo terminal com capacidade para 200 passageiros em hora de ponta.

ANEXO IVMUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL*elucid*

Por último, e no que concerne à conetividade desta região importa, ainda, melhorar as acessibilidades rodoviárias aos Concelhos limítrofes de Vimioso e Vinhais.

No dia 16 de fevereiro de 2018, Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. António Costa, em visita a Bragança, afirmou que "o grande potencial de crescimento não está nas zonas mais desenvolvidas, mas nas zonas de fronteira que o país desvalorizou irracionalmente ao longo de décadas e décadas".

Referiu, ainda, que "um dos maiores erros que o país cometeu ao longo dos anos foi olhar as regiões de fronteira designando-as de interior" e aproveitou o caso de Bragança, que terá uma estação de comboio de alta velocidade a 30 quilómetros, para questionar a interioridade.

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território de Portugal (PNPOT), documento orientador dos objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial dos próximos anos, realça a importância de conclusão da rede rodoviária estruturante, privilegiando os investimentos com maior contributo para a correção das assimetrias de acessibilidade, designadamente através da promoção de ligações rodoviárias de proximidade a territórios mais carenciados e em regiões transfronteiriças.

No entanto, o Sistema de Conetividade do Modelo territorial e o próprio Modelo territorial, plasmados no documento supra referido (PNPOT), nas páginas 99 e 107 respetivamente, não consideram as infraestruturas já referidas, pelo que atentas as vantagens anteriormente expostas, as mesmas, para além de se mostrarem estratégicas para uma vasta região do interior e para o país, apresentam-se como um investimento com uma significativa capacidade de retorno para a economia regional e nacional, pelo que consideramos de extrema relevância que as seguintes infraestruturas: ligações rodoviárias Bragança-Puebla de Sanábria; Bragança-Vimioso e Bragança-Vinhais; a conclusão do IC5 até Espanha; a ligação ferroviária Porto-Zamora; e o Aeroporto Regional de Bragança, sejam previstas no Programa Nacional de Investimentos 2030, que define os investimentos estratégicos para o País lançar na próxima década, estando em articulação com o PNOPT e outros programas estratégicos.

Face ao exposto, propõe-se que a presente Tomada de Posição seja submetida no portal portugal2030.pt e enviada para as seguintes entidades:

- Sua Excelência o Presidente da República de Portugal



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'B. J.' with a checkmark above it.

ANEXO IV

- Sua Excelência o Presidente do Governo da Espanha
- Sua Excelência o Primeiro Ministro de Portugal
- Senhor Ministro do Ambiente de Portugal
- Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas de Portugal
- Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação

da Natureza

- Infraestruturas de Portugal
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- Junta de Castilla y León
- Ayuntamientos transfronteiriços
- Câmara e Assembleias Municipais dos Distritos de Bragança e de Vila Real
- Juntas/Uniãos de Freguesias do Concelho de Bragança
- Forças Vivas de Bragança
- Comunicação Social.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

Declaração de voto apresentada pelos Srs. Vereadores, Nuno Moreno e Maria da Graça Patrício:

A Vereação do PS subscreve e apoia a tomada de posição expressa na proposta agora apresentada, bem como a respetiva comunicação às entidades ali identificadas, e que visa, em síntese, que as três infraestruturas estratégicas ao desenvolvimento da economia regional, designadamente, a evolução do Aeródromo Municipal de Bragança para Aeroporto Regional, assim como a ligação rodoviária de Bragança à Puebla de Sanábria, e a ligação ferroviária de Porto a Zamora, sejam previstas no Programa Nacional de Investimentos 2030-PNI, em articulação com o PNPOT- Programa nacional de política de ordenamento do território.

Contudo, no que diz particularmente respeito à linha ferroviária, entendemos que a tomada de posição expressa não se deve limitar, do ponto de vista geográfico, à identificação dos pontos de partida e destino do traçado ferroviário, mas deve vincar, (por ser da área de competências e exercício de influência deste Município, bem como, por estar em causa e ir referido à tutela e defesa dos interesses dos brigantinos), a passagem do referido traçado ferroviário pelo distrito de Bragança, e, designadamente, pelo concelho de Bragança, atentas outras possibilidades de troço, eventualmente equacionadas, e a equacionar, que podem deixar Bragança, distrito e concelho, de fora.

Neste contexto, seria absolutamente crucial, e até natural, que esse corredor ferroviário passasse pela, e fizesse aproveitamento, da linha férrea do Tua, através de

8



[Handwritten signature]

ANEXO IV



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

uma efetiva reposição dessa linha, e estabelecesse a ligação à futura estação do AVE, o Comboio de Alta Velocidade espanhol, em Otero de Sanabria.

A linha do Tua ao estabelecer a ligação entre a Sanabria e a linha do Douro, contribuiria para o incremento do turismo e, muito em especial, para o desenvolvimento económico dos polos industriais de Mirandela, de Macedo de Cavaleiros e de Bragança.

Reitera-se, portanto, da essencialidade de inscrever no presente texto de tomada de posição a passagem da linha ferroviária Porto Zamora, pelo distrito e concelho de Bragança, bem como o aproveitamento e reposição da linha férrea do Tua para o efeito.

Após análise e discussão o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar o texto apresentado na declaração de voto dos Srs. Vereadores, Nuno Moreno e Maria da Graça Patrício e que o mesmo integre a proposta apresentada pelo Sr. Presidente”.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 27 de agosto de 2018.

Rania Raquel Gonçalves Lourenço